

João Camilo de Oliveira Torres – O Presidencialismo no Brasil

A cultura age como sendo moldes ou matrizes com que a sociedade imprime uma imagem definida nas inteligências individuais.

Leonardo Woolf (1880 – 1969)

Obra pontual e rica de João Camilo, O presidencialismo no Brasil é um livro em que o historiador mineiro saca da abrangência de sua obra um ponto único para ser tratado, o abandono da monarquia seguido por uma tomada de decisão estanque de ser uma pátria democrática guiada por um Presidente. Aqui está o foco da presente obra em que aqui lançamo-nos a analisar. Talvez seja descuido o termo “analisar” pois a obra já analisa um período de nossa história, e apesar de tão profundo trato com que Camilo tenha dedicado a escrever, claramente a obra deixa muito mais a ser dito do que diz, é um mal de que toda obra de História padece; portanto melhor seria outra termo que não “análise”, digamos “comentário”.

Nosso historiador é tão grande escritor, seus livros trazem a informação pretérita com riqueza de citações de grandes autores, brasileiros e estrangeiros, aplica versos de poesia na leitura histórica, preenche suas páginas com documentos oficiais, todos citados impecavelmente em notas de rodapé que se tornam uma biblioteca ao leitor. E com tão grande carga de informação, Camilo não perde mão da prosa com que seus livros recebem uma leveza tal que, ler os nove volumes que aqui nos propomos – não contando os volumes extras contra os quais não resistimos abordar, como fizemos com os cinco da História de Minas Gerais¹ –, é tarefa das mais prazerosas e ligeiras. Sigamos então pela mesma trilha que Camilo percorreu:

O desenvolvimento da nação brasileira

Não vou percorrer de forma literal cada capítulo, uma aula é pouco e essa estratégia penalizaria a obra, mas começo falando sobre o subtítulo que o autor bolou para sua introdução. Quem lê a obra de Camilo sabe que, se analisada na totalidade, o conjunto de nove volumes se repete muitas vezes, não nas palavras, mas em matéria. Acontece que Camilo tinha toda a História do Brasil (e de Portugal, Espanha e França) guardada na cabeça e poderia recitá-la de cor, e humanamente impossível se torna para tal categoria de Historiador, além de gravar tudo ainda memorizar o que já citou e o que ainda é inédito ao leitor. Então vai o Historiador a falar e, quando dá por si, acrescentou informações a um episódio já relatado doutra feita (como um avô que conta os causos de sua infância aos netos, que apesar de ouvirem “aquela mesma história de novo”, não interrompem o contador). Assim acontece com o início da obra tema desta aula, em que João Camilo se vê forçado a voltar ao gênesis luso-guarani e falar sobre nossa formação econômica. Lá se iam já quatro anos desde o lançamento do [hoje] clássico “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, onde encontramos a clarividência textual do que fez o Brasil ser o que é na Economia, o que não foi problema para Camilo que aqui enriqueceu a literatura brasileira com um pequeno apêndice – tanto à obra de

¹ Ver Aula 3 e 4 do módulo João Camilo.

Furtado como também à de Gilberto Freyre². Abrindo seu Presidencialismo, o historiador de Minas Gerais relembra ao leitor o que será preciso ter em mente para chegar na República pós-monárquica: o Brasil começou gigante desde seu nascimento. Ainda no velho recorte pré-Tordesilhas, a costa atlântica que temos hoje já estava lá, toda entregue aos descobridores portugueses que ali chegaram e, pouco a pouco, foram salpicando nosso litoral com belíssimos fortes *“E onde foi possível, quer no litoral, quer nas zonas fronteiriças, belos fortes, no mais elegante estilo Vauban, surgiram a marcar os pontos sobre os quais a soberania de sua majestade fidelíssima se fazia sentir”*³.

O Brasil recém-nascido não era pequeno em território, mas em povo. A população estava espalhada pelo chão vermelho desse país como ressalta Camilo: “[...] no ano da Independência havia, em números redondos, menos de meio brasileiro por quilômetro quadrado. Estatisticamente, um brasileiro não podia falar com o outro. Na prática, era “quase” assim”⁴. E se a realidade se apresentava dessa forma quatro séculos depois do Descobrimento, ao ser pisado pelos portugueses nos 1500 o Brasil não contava sequer com quatro milhões de indígenas em todo seu território (e isso segundo as estimativas mais altas⁵). Essa união de gigantismo geográfico e nanismo populacional legou ao Brasil futuro oposto ao dos Estados Unidos da América, onde a colonização se deu em sentido inverso ao nosso: primeiro, a população, depois a expansão geográfica. Enquanto as famílias saiam da Europa para povoar a costa leste do novo continente, o território ia pouco a pouco sendo ocupado à medida que acontecia a expansão econômica. No Brasil, a coroa herdou logo no primeiro século um território que ia do atual Maranhão a Santa Catarina.

Para gerenciar todo esse território era necessária a mesma ferramenta de gestão do Estado Moderno, a Economia. A Coroa cá não estava para financiar território desconhecido, antes para conhecer, e só depois decidir o que fazer. “Foi conhecendo” e, com dois séculos já não mais apenas vislumbrava, mas já brigava para prosseguir com sua expansão em tão promissora terra – ainda que crescer na Colônia significava se dirigir cada vez mais a oriente, ao encontro dos espanhóis. Até o Tratado de Madri (1750) Portugal manteve-se no Brasil por meio da riqueza do Pau-Brasil e da cana-de-açúcar, além de elementos de menor vulto como outras madeiras e exemplares de nossa fauna. Furtado complementa esse trabalho de resgate da construção de nossa Economia – e não podemos deixar de ressaltar o valoroso trabalho recentemente publicado por Caldeira⁶ – e fala inclusive sobre o fim do séc. XVII onde finda-se o Ciclo da Cana-de-açúcar no litoral brasileiro, ao que os fazendeiros despedem os trabalhadores da lavoura pagando-lhes com o gado utilizado para tracionar o engenho, iniciando-se então algo que podemos chamar de “micro-ciclo” baseado na produção de artigos de couro, que chegarão a se tornar *souvenirs* cobiçados na Europa, vendidos porém em sua maioria no próprio solo brasileiro. No fim desse século fechasse a torneira do açúcar e abre-se a do ouro, que jorra no interior de Minas Gerais e agora Portugal não tem mais dúvida, já pode se alegrar do que tem em mãos como Tomé com o Cristo nos braços.

² Camilo tece elogios ao *Casa Grande & Senzala* por diversas vezes em sua obra, reconhecendo a importância quase mítica da leitura econômica de Freyre, ressaltando que o erro ali não está nas páginas, mas nos olhos do leitor que tão apaixonado quer aplicar o “Sistema Casa Grande e Senzala” em todas as áreas da economia brasileira, e assim findam por banalizar e conduzir ao erro tão clarividente produção intelectual do gênio pernambucano.

³ O presidencialismo no Brasil. *Introdução*. A expressão “estilo Vauban” diz respeito ao grupo de construções fortificadas francesas, projetadas por Sébastien Le Prestre de Vauban (1633 – 1707), cuja arquitetura pode ser vista no Brasil ainda que em forma simplificada e humilde.

⁴ Op. Cit., *Introdução*.

⁵ Como Darcy Ribeiro e D. Kietzman.

⁶ CALDEIRA. J. A *História da Riqueza no Brasil*. Estação Brasil, 2017.

O Brasil vai se interiorizando, e ao correr para dentro das Minas Gerais primeiro os emboabas todos homens, “mulher branca não sabia o que era enfrentar os incríveis caminhos de Minas”, em seguida os escravos e, por fim, as famílias vindas de Portugal e das primeiras terras ao litoral. Estabelece-se em Minas a economia que vimos tão detalhadamente nas aulas de História de Minas Gerais (ver nota de rodapé 1): comércio em vilas circundantes às minas. Tal estrutura concedeu o gérmen da uma civilização governada por estrutura política organizada, e Minas se vê carente de um corpo político, mas o Brasil não tinha centros de formação política e essa equação só foi resolvida em Portugal – que à essa altura nem sabia mais se tinha seu território na Europa ou nas Américas, dada a situação que a instabilidade política com a Espanha e com Napoleão o levara ao longo do séc. XVIII. O mineiro ou fazendeiro da província que tinha condições de formar seus filhos, fidalgos, enviava-os para Coimbra a estudar Medicina ou Direito, e foi assim que o séc. XIX viu surgir na Colônia grandes nomes de nossa política que viriam a inserir Minas Gerais no cenário Imperial, juntamente com o Rio de Janeiro e São Paulo. Com a política já parida e a economia e cultura brasileiras fortes o bastante para, inclusive, sustentar o Império do outro lado do Atlântico, o Brasil alcançava sua maioridade e dava demonstrações de querer alçar voo.

Em três séculos, havíamos conseguido aclimatar nos trópicos um tipo completo de economia de base agrária. E, naqueles tempos, pouco mais se sonhava do que com isto. O Brasil já apresentava uma fisionomia própria, diferente da de Portugal e da de qualquer outra terra. Havíamos criado uma civilização. E, como, paralelamente, surgira o ciclo do ouro, ocorreria o povoamento das Minas, e graças a ele, um capítulo totalmente novo, a revelar aspectos singulares.

Agora, como o Brasil era, afinal de contas, despovoado, e não possuía mercado consumidor próprio, foi forçado a pagar o preço pelos resultados obtidos – devia produzir artigos para vender a baixo preço nos grandes centros do mundo. E agricultura a baixo preço para exportação cai no regime do latifúndio e da escravidão. Foi o ônus que pagamos pelos resultados magníficos obtidos na única experiência até hoje realizada com êxito de estabelecer uma civilização tropical.⁷

Começava assim a eterna Era das *Commodities* no Brasil.

Política em revolução

Com a vinda de D. João VI em 1808 o Brasil vê nascer uma política oficial, com a figura do rei trazendo à América Ibérica uma grande líder em meio a um continente marcado por conflitos internos e guerras civis. O Brasil destacava-se como o grande irmão da América do Sul, posição que se mostrou incontestável após a Guerra do Paraguai. O rei volta para Portugal em 1820 diante das ameaças da Revolta Liberal do Porto, e o Brasil se vê liderado por D. Pedro I, inicialmente como regente e depois como rei, aclamado no Rio de Janeiro. A política brasileira, porém, desde seu início, já demonstrava necessidade de entrega de poder ao povo aqui nascido, e o que vemos com a rejeição latente ao estrangeirismo europeu tanto na cunha do termo “emboaba”, como na soberba da fidalguia, da gramática portuguesa como burguesa e da arte lusitana podando o surgimento da arte brasileira, o Brasil sempre quis se libertar de Portugal... o espírito bolivariano não se ateve ao povo de Castela.

⁷ Op. Cit. *Introdução*.

Com a passagem de poder de D. João VI para D. Pedro I, e deste para o pequeno Pedro de Alcântara, a coroa portuguesa caminhou sempre ligeira em direção ao *brasileiro*, e mesmo em todos os momentos em que se viu revestida de poder, autoridade e legitimidade, inclinou o cetro para os aqui nascidos, como quando da Declaração de Independência e ainda mais na formação da Constituinte de 1823. O que vimos no Brasil com o avanço dos militares sobre o trono não foi um golpe de sorte ou uma tomada de poder repentina, como fazer parecer alguns historiadores brasileiros, indicando que Marechal Deodoro em um arroubo de insatisfação “foi lá e, pá!”, chutou a família real pra Portugal. O Brasil vinha com satisfação popular para com o Império, mas o mundo político brasileiro foi instigado por Liberais e Positivistas de tal forma que, sob o lema da abolição da escravatura tornou-se insuportável o levante revolucionário no reino.

A respeito do espírito revolucionário vigente em todo o mundo no séc. XIX já falamos bastante nas aulas anteriores, é desnecessário nos repetirmos aqui. Assim, trago apenas um adendo do próprio Camilo na obra estudada na aula presente. Vejamos:

Por uma sorte incrível, os ingleses tiveram, depois dos detestáveis Jorges da casa de Hanover, uma rainha, de longo reinado, exatamente na época de maior hostilidade à realeza. Foi uma solução genial do ponto de vista psicanalítico – os ingleses acoliam-se à sombra protetora e maternal da soberana que, no fim, tornou-se uma espécie de avó universal... E o complexo de Édipo funcionava no sentido da defesa e consolidação da monarquia. E quem sabe se a teoria clássica do parlamentarismo à Bagehot não teria sido uma solução edipiana – hostilidade ao primeiro-ministro e a veneração da Rainha? Aliás, o mais autorizado intérprete das instituições britânicas, Sir Ivor Jennings escreveu com todas as letras: We can serve the Queen and damn the Government.

Brilhante o recorte trazido pelo autor. Se em outras obras a Revolução Francesa foi comentada em demasia, aqui temos a observação quanto aos acontecimentos à época no Reino Unido. Após três reinados por parte da família Hanover (Jorge III, Jorge IV e Guilherme IV), a rainha Vitória passa a liderar seu povo em 1830 e segue à frente do Reino Unido até o ano de 1901. Assumindo o reinado naquela década de 30, o Reino Unido conseguiu se livrar da praga do século: a morte do patriarcado figurada na derrubada dos reis. Com a rainha Vitória no poder, não havia argumento para a derrubada do rei pois a nação não tinha um Pai, mas uma Mãe que cuidava de seus súditos. Os revolucionários estavam desarmados.

Rei eleito

A verdade é que no gabinete presidencial a democracia americana reviveu a instituição política mais antiga da humanidade, a realeza eletiva. – Henry J. Ford

Se para Montesquieu a república era uma ideia aplicável apenas em pequenas comunidades, os Estados Unidos da América deram um *up to date* naquela teoria e transformaram um território continental em um conglomerado de pequenas comunidades. O Brasil foi pelo oposto, e jamais conseguiu unir seu território debaixo de uma mesma insígnia de 1889 pra cá. Deodoro, assim que tomou o poder, imaginava que a República seria algo tal que o próprio movimento dos ares daria o rumo à nação, fazendo crer (e crendo) que a convergência de ideias é imanente no homem social. É surpreendente ver como logo após a tomada do poder régio e a transformação do mesmo em “poder presidencial”.

Começou o Governo Provisório dando ampla autonomia aos Estados – começariam, logo, com plenitude de poder e de jurisdição, estando-lhe sujeitas, inclusive, as repartições federais. Era a realização dos ideais federalistas em toda a linha. Mas, depressa, veio o recuo.

Camilo traz uma série de citações de historiadores que escreveram sobre aquele momento, com destaque para Felisbelo Freire (1858 – 1916), médico e historiador sergipano, autor de *Historia constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brasil*⁸, que dentre tantos registros valiosos combate sempre que pode a atuação de seu adversário político, Rui Barbosa. Diz o sergipano que Rui “recém-chegado [foi] logo ocupando a saliência de um velho batalhador”, essa e tantas outras críticas dão o tom do posicionamento que Freire manteve diante daqueles que, ao verem os militares tomarem o poder do rei para dar a Deodoro, trocando assim um Pai por um padrasto, não se fizeram de rogados e correram logo para tomar um naco do tão maldito poder real. E Rui foi um desses vorazes e afoitos “democratas”, servindo Deodoro como Ministro da Fazenda de 1889 a 1891. Não demoraria, porém para que Rui Barbosa percebe-se o óbvio, a Democracia de Deodoro era tão patriarcal quanto o reinado de Pedro de Alcântara, porém desprovido do elemento vital à República: a legitimidade. Disse Rui ainda em seu primeiro ano como Ministro:

A República nascera num meio que se conservava essencialmente monarquista. Era imprescindível nutri-la da simpatia popular [...] A invocação da legalidade, freio indiscutível, em épocas normais, contra a impaciência das paixões desencadeadas, perde, com a proclamação da ditadura, a sua cor de sinceridade e a sua força decisiva como a última razão das coisas nos atos do governo.⁹

E o problema de legitimidade não vinha sozinho desolando a unidade nacional, o golpe militar lançou o país em um mundo onde ninguém mais sabia o que seria do amanhã. Logo “na virada”, o câmbio explodiu, como registra Soares Júnior¹⁰:

A República, proclamada quando o câmbio alcançara a casa de 27d e a libra esterlina valia menos de 9 mil-réis, descambou logo para a experiência dos bancos emissores, que transtornou os planos de convertibilidade monetária. O abuso do papelismo engendrou hábitos perdulários na vida pública e fomentou em escala nunca vista a especulação até as culminâncias monstruosas e desmoralizadoras.

A desorganização social chegou a tal ponto que até as eleições foram prejudicadas, pois o povo sabendo que os militares estavam tomando o poder quando bem lhes entendiam, não faziam mais questão de votar: “o interesse exagerado com que o eleitor concorria às urnas nos pleitos do governo do Império, desapareceu quase de todo nos pleitos que se tem ferido no seio da República”, escreveu Freire. Viria por fim a insatisfação popular manifesta em voz e tinta, com um governo ilegítimo quem tem voz grita, e quem tem a caneta escreve. Foi então que Deodoro se levantou contra a liberdade de imprensa, conquista anterior à Independência

⁸ Publicação que pode ser acessada em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220531>

⁹ Obras completas, 1891, Relatório do Ministério da Fazenda, Rio, 1919.

¹⁰ JÚNIOR. R. S. Jorge Tibiriçá e sua época, São Paulo, 1958.

pois havia sido decretada por D. Pedro I, quando ainda Regente, em 1821. Publica o Governo Deodoro o Decreto nº 85:

DECRETO Nº 85-A, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1889. Crêa uma comissão militar para o julgamento dos crimes de conspiração contra a Republica e seu governo, applicando-lhe as penas militares de sedição.

Falar contra a República da Igualdade, Liberdade e Fraternidade estava proibido. No Brasil, a partir da Era da Democracia só era permitido elogiar. Jornais foram fechados e seus donos foram presos. A partir da página 50 de sua publicação, Freire lista uma série infindável desses veículos de imprensa que foram fechados, incendiados assim como dos jornalistas e editores que foram presos. Episódio grotesco de nossa História e apagado por nossa Imprensa.

O Poder Administrativo

Em O Presidencialismo o leitor passa as páginas e fica com o coração inclinado a aceitar as consequências do abandono da monarquia. Camilo não faz apologia, inclusive é essa uma das marcas de seu trabalho, é historiador apenas, quem julgará e aderirá a tal ou qual linha de pensamento é seu leitor. O que o autor faz aqui nessa obra é mostrar que, ao que tudo indica olhando-se para a história do Brasil e para a de outros países como França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos, a política do Século XXI há de ser democrática – e o significado desse termo será construído pelos povos ao longo desse século –, e o regime de governo será o Presidencialismo, onde um líder eleito não será parte de nenhum dos três poderes constituintes da República. A formatação há de ser: a) *Executivo* governa, atendendo a necessidade popular por meio da execução de serviços e obras; b) *Legislativo* atende as necessidades populares e vislumbra a direção do mundo, ao que cria leis para propiciar o melhor desenvolvimento do País; *Judiciário* julga as causas todas mantendo a ordem constitucional da Nação; *Administrativo* representado na pessoa do Presidente da República se comunica com o povo e mantém em sua mão o poder do voto, evitando que alguma ação antipopular seja efetivada e dando aos três demais poderes a legitimidade por meio de sua aprovação na urna, quando do processo eleitoral.

Não é difícil ver que hoje o mundo se encaminhou para essa direção, e até mesmo as monarquias como a espanhola ou inglesa não tem mais a figura do rei que determina os rumos a seguir. Especialmente no tempo em que se dá essa aula, estamos vendo a crise com a invasão russa na Ucrânia, onde o líder ucraniano Volodymyr Zelensky, ator e comediante que chegou ao poder após a onda de insatisfação popular em seu país, não tem forças para impedir o poder político russo de forçar a Ucrânia a se manter fora da OTAN, ao mesmo tempo em todo o Ocidente que prometeu proteção à Ucrânia nos últimos anos, neste momento se ausenta de defender o território que está sendo invadido e, ao invés disso, faz campanhas nas redes sociais para mostrar ao mundo que os povos não estão de acordo com as decisões de Vladimir Putin. O cenário que temos nesse início de século é de que o mundo é governado por aqueles que não abriram mão do poder, o que infelizmente, hoje, foi feito apenas pelos piores homens de nosso tempo.

Fernando Melo
Brasília, 26 de fevereiro de 2022